



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Gerência de Fiscalização Extrajudicial

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA - SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DA COMARCA DE

ACRELÂNDIA

Com esteio na Portaria COGER nº 01/2020, em cumprimento às disposições previstas no art. 40 da Lei Complementar nº 221/2010, realizou-se Correição Extrajudicial Ordinária no Serviço de Notas e de Registro da Comarca de Bujari nos dias 02 até 03/03/2020.

A Serventia Extrajudicial da Comarca de Acrelândia, cadastrada no sistema Justiça Aberta sob o CNS 15.387-4, encontra-se **vaga**, razão pela qual o Poder Judiciário do Estado do Acre, por meio da Portaria PRESI nº 1.008/2015, designou a Sr. *Miliane Gomes* para responder *interinamente* pelo expediente.

Os trabalhos correcionais foram coordenados pelo Juiz Auxiliar Dr. Leandro Leri Gross, auxiliado pelos servidores Sara Maria Crispim de Souza D'Anzicourt, Annete Nágila da Silveira Vale e Jovanny do Nascimento Fogaça.

Objetivando a publicidade das atividades correcionais, a Corregedoria-Geral da Justiça cientificou os Juízes Corregedores Permanente dos Serviços de Notas e de Registro, os Delegatários e Interinos das Serventias Extrajudiciais, o Presidente da OAB/AC e os representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Acre.

Visando à efetiva fiscalização dos atos praticados e à averiguação da organização e da técnica dos serviços, examinaram-se, por amostragem, os livros, autos e papéis da Serventia, verificando-se o cumprimento das determinações legais e a regularidade dos procedimentos adotados no serviço de registro e de notas.

Analisou-se, também, o índice de presteza e qualidade do atendimento, mediante observação do tempo de espera e da adequação dos serviços.

Quanto às ferramentas de fiscalização concernentes à segurança e à autenticidade dos atos praticados, inspecionou-se a sistemática e a utilização do selo digital e os aplicativos cartorários utilizados na Serventia.

No tocante às instalações prediais e à estrutura mobiliária e de equipamentos, realizou-se vistoria no prédio, utilizando critérios previamente definidos pela equipe de correição, que tem por escopo aferir a adequabilidade das dependências à prestação dos serviços e à segurança e conservação dos livros e documentos do cartório.

Em relação aos fluxos de trabalho da fiscalização, a equipe descentralizou a análise dos documentos da seguinte forma:

- O servidor Jovanny do Nascimento Fogaça realizou a inspeção dos atos e a escrituração do Serviço de Registro de Imóveis, das instalações da Serventia, dos arquivos, do sistema cartorário, bem ainda verificou a presteza do atendimento aos usuários da Serventia Extrajudicial;

- Os atos e a escrituração do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas foram examinados pela servidora Annete Nágila da Silveira Vale;
- O exame dos atos e a escrituração do Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto de Títulos foram empreendidos pela servidora Sara Maria Crispim de Souza D'Anzicourt;

A análise de documentos enviados à Gerência de Fiscalização Extrajudicial em formato digital pela Titular da Serventia Extrajudicial, referentes à documentação dos funcionários da Serventia, à regularidade dos encargos trabalhistas e previdenciários, das obrigações tributárias e, também, à escrituração contábil da unidade extrajudicial fora procedida no âmbito da Gerência de Fiscalização Extrajudicial.

As imagens correlatas às ocorrências descritas no presente documento e os formulários concernentes ao *check list* das instalações serão arquivadas nos assentamentos digitais da Gerência de Fiscalização Extrajudicial;

Por fim, saliente-se que os trabalhos correcionais foram fiscalizados pelo Desembargador Júnior Alberto (Corregedor-Geral da Justiça) e pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dr. Leandro Leri Gross.

ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O FORMULÁRIO DE CORREIÇÃO

O relatório de correção ordinária adota a sistemática de perguntas. Para cada pergunta, o servidor anotará uma alternativa que consiste em “Conformidade” ou “Não Conformidade”.

Assinalada a alternativa “Não Conformidade”, verifica-se a conformidade da serventia quanto ao item avaliado.

Na hipótese de resposta “Não Conformidade”, o Delegatário ou Interino deverá observar o teor da recomendação e promover os atos necessários para a sua regularidade.

O Delegatário ou Interino terá o prazo de 30 dias para apresentar manifestação sobre o recomendação ou comprovar sua conformidade.

Matérias que ensejem análise pormenorizada serão submetida à Assessoria da Corregedoria Geral da Justiça e para deliberação final do Corregedor.

Inconformidades ou irregularidades serão apreciadas pelo Corregedor Geral da Justiça e objeto de determinação específica nos autos da Correição Ordinária ou em processo que verse sobre procedimento administrativo.

DO FUNCIONAMENTO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO - PARTE GERAL

Dos Aspectos Gerais da Serventia

1 - Os serviços notariais e de registro são prestados de modo eficiente e adequado, nos dias e horários estabelecidos por este Provimento?

(X) Conformidade

() Não conformidade

2 - Os serviços notariais e de registro são prestados de modo eficiente e adequado, em local de fácil acesso ao público?

(X) Conformidade

() Não conformidade

3 - Os serviços notariais e de registro são prestados de modo eficiente e adequado, oferecendo segurança para o arquivamento dos livros e documentos ?

Conformidade

Não conformidade

4 - Os serviços notariais e de registro são prestados de modo eficiente e adequado, com respeito, presteza, eficiência e urbanidade aos usuários - art. 144/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

5 - O(A) Titular/Interino(a) e seus prepostos fizeram-se presentes na Serventia durante a realização da Correição Geral Ordinária?

Conformidade

Não conformidade

6 - O mobiliário e equipamentos que guarnecem a serventia proporcionam boa qualidade para o atendimento e para a execução das atividades cartorárias?

Conformidade

Não conformidade

7 - A serventia possui sistema de senha para comprovação do tempo de espera?

Conformidade

Não conformidade

Observação: Notou-se que a demanda de atendimento da serventia, não necessita da instalação de um sistema de senha, o atendimento é por ordem de chegada, e durante a correição notou-se que os interessados foram atendidos no ato da sua chegada na serventia.

8 - Serventia oferece atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida?

Conformidade

Não conformidade

9 - A Serventia possui áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Conformidade

Não conformidade

10 - A serventia possui Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiro Militar?

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a inconformidade:

(X) Providenciar o alvará de vistoria - Art 3º, caput da lei nº 13.425/2017).

Dos Emolumentos e Fundos do Poder Judiciário

11 - A tabela de emolumentos encontra-se fixada em local visível ao público?

(X) Conformidade

() Não conformidade

12 - O Tabelião ou Oficial observa os valores fixado na tabela de emolumentos na prática dos atos?

(X) Conformidade

() Não conformidade

13 - O Tabelião ou Oficial tem fiscalizado o recolhimento dos imposto incidentes sobre atos que devam praticar?

(X) Conformidade

() Não conformidade

14 - Os notários e registradores têm comunicado à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras – Siscoaf, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo?

(X) Conformidade

() Não conformidade

15 - O Tabelião ou Oficial tem recolhido regularmente os valores inerentes ao Fundo de Compensação e ao Fundo do Poder Judiciário?

(X) Conformidade

() Não conformidade

16 - O Tabelião ou Oficial alimenta semestralmente, via internet, todos os dados no sistema Justiça Aberta até o dia 15 dos meses de Janeiro e Julho ou atualizado quaisquer alterações cadastrais em até 10 dias após suas ocorrências?

(X) Conformidade

() Não conformidade

17 - A nomeação de substituto e escreventes, assim como sua destituição é feita por portaria interna e contém a atribuição do escrevente?

(X) Conformidade

() Não conformidade

18 - A portaria de nomeação de preposto foi comunicada ao Juiz Corregedor Permanente e a Corregedoria Geral da Justiça?

- Conformidade
 Não conformidade

Do Horário de Funcionamento

19 - Existe placa indicativa do sobreaviso nos Escritórios do Registro Civil das Pessoas Naturais, contendo o nome do posto, endereço e o telefone de contato?

- Conformidade
 Não conformidade
 Não se aplica

20 - Foi praticado ato notarial ou de registro fora do horário regulamentar ou do expediente interno, bem ainda em dias em que não houve expediente?

- Conformidade
 Não conformidade

21 - Foi constatado algum atendimento ao usuário com prazo excedente a 30 minutos, contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento do serviço?

- Conformidade
 Não conformidade

Do Local de Funcionamento

22 - Existe placa indicativa da serventia contendo a natureza dos serviços?

- Conformidade
 Não conformidade

Dos Livros e Arquivos

23 - Os livros obrigatórios ou facultativos estão impressos, numerados, rubricados, encadernados, contendo termo de abertura e de encerramento assinados pelo Delegatário/Interino ou por pessoa autorizada?

- Conformidade
 Não conformidade

24 - Os livros contêm 300 (trezentas) folhas?

- Conformidade
 Não conformidade

25 - Os livros do Tabelionato de Notas contêm 200 (trezentas) folhas?

- Conformidade
 Não conformidade

26 - Os livros foram encadernados pelo processo de blocagem?

Conformidade

Não conformidade

27 - As folhas dos livros, anteverso ou verso, possuem margem superior ou inferior suficiente para a boa qualidade da impressão, margem lateral interna adequada para futura encadernação e espaço necessário para eventuais anotações e averbações, bem como para colheita das rubricas das partes?

Conformidade

Não conformidade

28 - A serventia adota o sistema de *backups*, atualizado com periodicidade, tendo o módulo arquivado em local distinto da serventia ou armazenado em servidor externo com requisitos de segurança?

Conformidade

Não conformidade

Do Selo Digital de Fiscalização

29 - O Selo Digital de Fiscalização conterem: código alfanumérico autônomo e próprio, composto por 2 caracteres de identificação da serventia, 8 caracteres de identificação do selo e 5 caracteres seguintes, representando a chave de segurança do selo, além do código QR code para facilitar sua identificação, conforme § 1º do Art. 202 do Provimento COGER 10/2016?

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a inconformidade:

Determinação para que sejam adotadas todas as medidas necessárias para a implantação do layout disposto no artigo e a inclusão de todos os requisitos.

DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Das Disposições Gerais

1 - Foram apresentados todos os livros obrigatórios, previstos no art. 33, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade

2 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais estão escriturados em dia, livres de rasuras, emendas, entrelinhas não ressalvadas, espaços em branco e falta de assinatura das partes e testemunhas, quando for o caso?

Conformidade

Não conformidade

3 - A escrituração dos Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais, com exceção do Livro E, obedece ao limite de 300 (trezentas) folhas estabelecida no art. 151, *caput*/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

4 - A escrituração do Livro "E" de Registro Civil das Pessoas Naturais obedece ao limite de 150 (cento e cinquenta) folhas, consoante previsão inserta no art. 33, parágrafo único, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade

5 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais correicionados estão regulares quanto à existência de Termos de Abertura e Encerramento e devidamente assinados pelo Oficial Registrador ou Escrevente Autorizado, na forma do art. 149, §1º/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

6 - Os termos e folhas dos Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais correicionados estão regulares quanto à aposição de assinatura do Oficial Registrador ou de Escrevente Autorizado?

Conformidade

Não conformidade

7 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais estão regulares quanto à sequência infinita do número de ordem dos registros, na forma do art. 7º, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade

8 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais encerrados estão regulares quanto à encadernação, na forma do art. 149, §1º c/c art. 151, §3º, ambos do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

9 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais encerrados estão regulares quanto à existência de índice alfabético dos assentos lavrados - ainda que organizado pelo sistema de fichas -, na forma do art. 34, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade

10 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas naturais encontra-se regular quanto ao atendimento de demandas originadas pela Central de Registro Civil - CRC, na forma do art. 602/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

11 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas naturais encontra-se regular quanto à alimentação da Central de Registro Civil - CRC, na forma do art. 603/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

12 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas naturais encontra-se regular quanto ao cumprimento das comunicações obrigatórias - IBGE, TRE, INSS, JSM, PRF??

Conformidade

Não conformidade

Do Livro A - Registro de Nascimento

Do exame do **Livro nº A-29** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (025), estando o livro em uso, com (164) folhas, tendo como último registro nº 007136, do dia 03/03/2020.

13 - Os registros correccionados estão regulares quanto à identificação das assinaturas do Oficial Registrador ou Escrevente Autorizado, bem como do(s) Declarante(s).

Conformidade

Não conformidade

14 Os registros correccionados estão regulares na forma do art. 643/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

15 - Os registros correccionados estão regulares na forma do arts. 644 ao 646/CNNR/AC, no que se refere a (DNV) Declaração de Nascido Vivo, bem como, quando o nascimento ocorrer fora do estabelecimento hospitalar?

Conformidade

Não conformidade

16 - Os registros correccionados estão regulares na forma do art. 650/CNNR/AC, quanto ao Reconhecimento de filho e estado civil dos genitores?

Conformidade

Não conformidade

Do Assento de Nascimento Indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais

17 - Os registros correccionados, estão regulares quanto à observância dos arts. 651 ao 654/CNNR/AC, para os casos de assentos de nascimento e registro tardio de indígenas?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Reconhecimento Voluntário de Paternidade Socioafetiva

18 - Os registros correicionados estão regulares quanto à observância dos arts. 655 ao 662/CNNR/AC, para os casos de Reconhecimento Voluntário de Paternidade Socioafetiva?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Nascimento Decorrente de Reprodução Assistida

19 - Os registros correicionados estão regulares quanto à observância dos arts. 662-A, 662-B, 662-C e 662-D, todos do CNNR/AC, para os casos de Registro de Nascimento Decorrente de Reprodução Assistida?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Registro Civil Fora do Prazo

20 - Os registros correicionados estão regulares quanto à observância do art. 46, da Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, c/c arts. 665 ao 668/CNNR/AC, para os casos de Registro Civil Fora do Prazo?

Conformidade

Não conformidade

21 - Os registros correicionados estão regulares quanto à coleta de assinatura a rogo e de duas testemunhas para os casos de identificação de registros em que o(s) Declarante(s) não saibam ou estejam impossibilitadas de assinar, na forma do art.177, §1º/CNNR/AC ?

Conformidade

Não conformidade

Do Livro B - Registro de Casamento e Conversão de União estável em Casamento

Do exame do **Livro nº B-06** procedeu-se à fiscalização do referido Livro, deu-se a partir da folha **(128)**, estando o Livro em uso, com **(183)** páginas.

22 - Os processos de habilitação para casamento correicionados estão regulares na forma do art. 670, §1º/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

23 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 672, §1º/CNNR/AC, para os casos de habilitação de estrangeiros?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

24 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 673/CNNR/AC, para os casos em que os interessados apresentaram petição de habilitação por meio de procurador, ou assinada a rogo?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

25- Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 674 /CNNR/AC, para os casos em que houve o consentimento de pais analfabetos para que seus filhos menores pudessem contrair casamento?

Conformidade

Não conformidade

26 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 675, §1º/CNNR/AC, referente à respectiva autuação e registro?

Conformidade

Não conformidade

27 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma dos arts. 682 ao 684/CNNR/AC, para os casos em que houve apresentação de impedimento?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

28 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 685 c/c art. 686/CNNR/AC, quanto ao nome que os contraentes passaram a usar?

Conformidade

Não conformidade

29 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 685 c/c art. 687/CNNR/AC, quanto ao regime de bens a vigorar durante o casamento?

Conformidade

Não conformidade

30 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 688/CNNR/AC, quanto à consignação da existência de pacto antenupcial?

Conformidade

Não conformidade

Da Celebração do Casamento

Do exame do **Livro nº B-07** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (009), estando o mesmo em uso com (065) folhas, nº de ordem 1565, registrado no dia 28/02/2020.

31 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular quanto aos procedimentos afetos à Celebração de Casamento descrita nos arts. 690 a 700/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Observação: Os casamentos são realizados de segunda a sexta-feira, na sede da Serventia.

Do Registro do Casamento Religioso para Efeito Civil

32 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais, encontra-se regular quanto ao prazo e validade legal da habilitação, conforme consta nos arts. 701 ao 702, §1º ao 5º/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Do exame do **Livro nº B-02-Auxiliar** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (57), estando em uso com (67) páginas.

Da Conversão da União Estável em Casamento

33 - Os processos de Conversão de União Estável em Casamento, estão regulares quanto à regra contida no art. 703/CNNR/AC, referente às anotações necessárias e obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificada ocorrência para a matéria.

34 - Quando recebido o requerimento de Conversão de União Estável em Casamento, estão regulares quanto à regra contida no art. 704, c/c 705/CNNR/AC, referente certificação de Edital e lavratura do assento?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificada ocorrência para a matéria.

35 - Os assentos de Conversão de União Estável em Casamento, estão regulares quanto à regra contida no art. 706/CNNR/AC, referente às anotações necessárias e obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificada ocorrência para a matéria.

Do Casamento ou Conversão da União Estável em Casamento de Pessoas do Mesmo Sexo

36 - Art. 707 no que se refere ao casamento ou a conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo, estão regulares quanto à regra referente às anotações necessárias e obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Casamento Urgente no Caso de Moléstia Grave

37 - Os processos correccionados, no caso de moléstia grave, estão regulares quanto à regra referente às anotações necessárias e obrigatórias do Art. 708, §1º ao §4º?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Casamento em Iminente Risco de Vida ou Nuncupativo

38 - Os processos correccionados, em eminente risco de vida, estão regulares quanto à regra referente às anotações necessárias e obrigatórias do Art. 709, §1º ao §4º?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Processos de Casamentos Já Realizados, por Amostragem

LIVRO	FLS. N° ORDEM	NOIVOS	ARQUIVADO
B-07	fls. 12 n° de ordem 1512	CLEOMARIO ALVES MARTINS FERNANDA BARBOSA DOS SANTOS	21/08/2019
B-07	fl. 17 n° de ordem 1517	LEONARDO DIAS SANTOS EMILLY THALIA COELHO RUMANZKI	05/09/2019
B-07	fl. 18 n° de ordem 1518	SIDGLEISOM LOPES ARCANJO DAIANA MERCES D'OLIVEIRA POLIDO	02/03/2020
B-07	fl. 22 n° de ordem 1522	TIAGO SILVA VANDERLEIS ANTONIA ROSELI DE SOUZA SILVA	24/09/2019
B-07	fl. 30 n° de ordem 1530	EDENILSON LOPES PINTO IVÂNIA SOUZA DA SILVA	02/03/2020
B-07	fl. 33 n° de ordem 1533	ODENIR DE JESUS SOARES SONIA MARIA DA SILVA	02/03/2020
B-07	fl. 35 n° de ordem 1535	SADI ARIOVALDO PITHAN DILL CHARLENE DE SOUZA RODRIGUES	11/11/2019
B-07	fl. 40 n° de ordem 1540	VALDEIR GONÇALVES GELVA DE JESUS SILVA	20/11/2019
B-07	fl. 41 n° de ordem 1541	FERNANDO DOS SANTOS RODRIGUES DÉBORA SILVA DOS SANTOS	
B-07	fl. 65 n° de ordem	BENONES DO NASCIMENTO RAMOS NEUZA SALVADOR COCCO	28/02/2020

Do Livro C - Registro de Óbito

Do exame do Livro nº C-03 procedeu-se à fiscalização do livro na folha (100), estando o Livro em uso com (134) folhas, registro nº 00634 datado de 27/02/2020.

39 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 710, §1º ao §5º /CNNR/AC, quanto à exigência dos documentos obrigatórios que devem instruir a lavratura do Registro de Óbito, bem como quanto à manutenção daqueles nos arquivos da Serventia?

Conformidade

Não conformidade

40 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 711, §1º/CNNR/AC, relativamente à observância dos prazos para a lavratura do Registro de Óbito, inclusive nos casos de impossibilidade de ser efetuado o registro em até 03 (três) meses?

Conformidade

Não conformidade

41 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 712 c/c 713/CNNR/AC, relativamente às pessoas habilitadas para prestar as declarações obrigatórias para a lavratura do Registro de Óbito?

Conformidade

Não conformidade

42 - Os assentos de óbito correicionados estão regulares na forma do art. 714, §1º ao §3º/CNNR/AC, no que concerne à consignação das informações obrigatórias que o registro deve conter?

Conformidade

Não conformidade

Do Assento de Óbito de Pessoa Desconhecida e da Utilização do Cadáver para Estudos e Pesquisas

43 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 715, §1º ao §6º/CNNR/AC, relativamente ao registro de óbito de pessoas desconhecidas?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Da Morte Presumida

44 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 716, §1º/CNNR/AC, relativamente ao registro de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do exame do **Livro nº C-auxiliar-01** procedeu-se à fiscalização na folha (034), estando em uso com (034) folhas, sendo último registro o de nº 27/08/2019, datado de 27/08/2019.

45 - Os assentos de Natimortos estão regulares no que concerne à observância dos requisitos descritos no art. 639, *caput*/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Do Livro D - Registro de Proclamas

Do exame do **Livro nº D-04** procedeu-se à fiscalização na folha (201) estando o livro em uso com (260) folhas, sendo último registro o de nº 00960, datado de 12/02/2020.

46 - Os Editais de Proclamas correicionados estão regulares na forma dos arts. 676, §1º e §2º c/c 677/CNNR/AC, no que concerne à escrituração, ordem cronológica?

Conformidade

Não conformidade

47 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 678, §1º e §2º c/c 679/CNNR/AC, referente ao envio de Edital para publicação, na hipótese em que um dos nubentes residir em distrito diverso daquele em que se processa a habilitação?

Conformidade

Não conformidade

48 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 680 c/c 681/CNNR/AC, no que concerne ao requerimento de dispensa de proclamas, para os casos previstos em lei?

Conformidade

Não conformidade

49 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 681, §1º e §2º/CNNR/AC, no que concerne à observância dos prazos para expedição da certidão de habilitação e para a celebração do casamento?

Conformidade

Não conformidade

50 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 684/CNNR/AC, para os casos em que a celebração do casamento se deu em circunscrição diversa daquela da habilitação?

Conformidade

Não conformidade

Do Livro E - Da Emancipação

51 - Os Registros de Emancipação correicionados estão regulares quanto às orientações insculpidas no art. 717 ao 720/CNNR/AC, no que concerne à consignação das referências de data, do livro, da folha e do ofício em que for lavrada a Escritura Pública ou, em caso de transladação de sentença, em certidão ou do instrumento, com a assinatura do apresentante?

Conformidade

Não conformidade

Da Interdição

Do exame do **Livro nº E-02** procedeu-se à fiscalização na folha (106), livro encontra-se em uso com (108) folhas, sendo último registro o de nº 106, datado de 21/01/2020.

52 - Os Registros de Interdição correicionados estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 721 c/c 722/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Da Morte Presumida

53 - Os Registros das Sentenças Declaratórias de Ausência correicionados estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 724/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Da União Estável

54 - Os registros de sentenças declaratórias de Reconhecimento, dissolução e extinção, bem como das escrituras públicas de contrato e distrato envolvendo união estável, serão feitos no Livro "E", correicionados estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 725 ao 728/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Da Adoção

55 - Serão registradas no livro de registro de nascimento as sentenças concessivas de adoção do menor, brasileiro ou estrangeiro, mediante mandado, estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 729 c/c 730/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Das Averbações em Geral e Específicas

56 - A averbação será feita pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais em que constar o assento à vista de carta de sentença, de ordem judicial instrumentada por mandado ou ofício, ou, ainda, de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 731 ao 746/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Das Anotações em geral e específicas

57 - Sempre que o Oficial fizer algum registro ou averbação, deverá, no prazo de 5 (cinco) dias, anotá-lo nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados na sua Unidade de Serviço, ou comunicar, com resumo do assento, ao Registro Civil das Pessoas Naturais em que estiverem os registros primitivos conhecidos, procedendo da mesma forma indicada para as averbações, os mesmos estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 747 ao 750, §1º ao §4º/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Das Retificações, Restaurações e Suprimentos

58 - Os pedidos de retificação, restauração ou suprimento de assentamentos no Registro Civil das Pessoas Naturais serão processados judicialmente, na forma legal, os mesmos estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 751 ao 753, §1º ao §4º/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Dos Traslados de Assentos Lavrados em País Estrangeiro

59 - O traslado de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro, tomados por autoridade consular brasileira, nos termos do regulamento consular, ou por autoridade estrangeira competente, a que se refere o “caput” do art. 32 da Lei n. 6.015/73, será efetuado no Livro “E” do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca do domicílio do interessado ou do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito Federal, sem a necessidade de autorização judicial, os mesmos estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 754 ao 775/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

DOS TABELIONATOS DE NOTAS

Das Disposições Gerais

1 - Os Livros do Tabelionato de Notas estão escriturados em dia, livres de rasuras, emendas, entrelinhas não ressalvadas, espaços em branco e falta de assinatura das partes e testemunhas, quando for o caso?

Conformidade

Não conformidade

2 - A escrituração dos Livros do Tabelionato de Notas obedece ao limite de 200 (duzentas) folhas estabelecida no art. 151, §2º/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

3 - Os Livros do Tabelionato de Notas correicionados estão regulares quanto à existência de Termos de Abertura e Encerramento e devidamente assinados pelo Oficial Registrador ou Escrevente Autorizado, na forma do art. 149, §§1º e 4º/CNNR/AC?

§ 4º O termo de encerramento será lavrado em 30 (trinta) dias, contados da data do último ato, e implicará a certificação da regularidade de cada ato lançado no livro, ressalvando-se eventuais intercorrências verificadas na escrituração.

Conformidade

Não conformidade

4 - Os termos e folhas dos Livros do Tabelionato de Notas correicionados estão regulares quanto à aposição de assinatura do Oficial Registrador ou de Escrevente Autorizado?

Conformidade

Não conformidade

5 - Os termos e folhas dos Livros do Tabelionato de Notas correicionados estão regulares quanto à aposição de assinatura das partes?

Conformidade

Não conformidade

6 - Os Livros do Tabelionato de Notas encerrados estão regulares quanto à encadernação, na forma do art. 149, §§1º e 4º c/c art. 151, §3º, ambos do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

7 - Os Livros do Tabelionato de Notas encerrados estão regulares quanto à existência de índice alfabético dos assentos lavrados - ainda que organizado pelo sistema de fichas -, na forma do art. 34, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade

8 - A escritura pública, em se tratando de bens imóveis, contém a qualificação do cônjuge, o regime de bens do casamento e a data do casamento?

Conformidade

Não conformidade

9 - O Tabelião designa escreventes com a função de substituto, tantos quantos necessários, assim como um dentre os substitutos, a fim de responder pelo serviço nos casos de seu afastamento ou impedimento, por meio de ato interno contendo a qualificação do nomeado e as funções que poderá exercer - na forma do art. 23, parágrafo II do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

10 - O Tabelião comunica as designações e os eventuais desligamentos dos substitutos, dos escreventes e dos auxiliares à Corregedoria-Geral da Justiça e ao Juiz Corregedor Permanente das Serventias Extrajudiciais da respectiva comarca - na forma do art. 227, parágrafo III do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

11 - O Tabelião remete seus espécimes de assinatura e sinal público, assim como de seus substitutos, à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, bem como as demais informações periódicas exigidas por lei ou por ato do Poder Judiciário, na forma do art. 227, parágrafos VI e XIV, ambos do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

12 - Os arquivos são organizados e mantidos através da utilização de meios seguros que facilitem as buscas, anotando, à margem dos atos lavrados na serventia, os respectivos aditamentos, as retificações, as ratificações, os distratos, as revogações, os substabelecimentos e quaisquer outras alterações que forem feitas - na forma do art. 227, parágrafo X do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Das Procuções

13- O Tabelionato de Notas está regular no que se refere à orientação dos usuários dos serviços notariais quanto à exigência da forma pública das procuções para os casos exigidos em lei?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

14 - Para efeitos de cobrança de emolumentos em razão da lavratura de Procuções, o Tabelionato de Notas está regular no que se refere à pessoa física o empresário individual que exerce sozinho atividade econômica e sempre que houver mais de um outorgante, independentemente de se tratar de pessoas casadas ou que convivem em união estável na forma do art. 379/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

15 - É observado a cobrança das procurações contempladas no Art. 380 e 381 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

16 - São atentados os itens para considerar-se procuração em causa própria o instrumento que autoriza o procurador a transferir bens para si, desde que, além dos requisitos para qualquer procuração, constem do referido ato: I - preço e forma de pagamento; II - consentimento do outorgado ou outorgados; III - objeto determinado; IV - determinação das partes; V - anuência do cônjuge do outorgante; VI - quitação do imposto de transmissão, quando a lei exigir - na forma do art. 382, § 1º, 2º e 3º do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

17 - É observado se para a lavratura da procuração em causa própria, os documentos apresentados e arquivados são os mesmos exigidos para a escritura e a cobrança da mesma ser feita de acordo com a Tabela 5-A - na forma do art. 383, § 2º do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

18 - Nas escrituras de substabelecimento, e naquelas em que as partes se fizerem representar por procurador substabelecido, o Tabelião de Notas exige a apresentação dos instrumentos de procuração e substabelecimento, se estes não tiverem sido lavrados nas próprias notas do cartório, arquivando-os em pasta própria, com remissões recíprocas -na forma do art. 386 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

19 - Os Tabeliões de Notas, ao lavrarem escritura pública de substabelecimento, renúncia ou revogação de procuração escriturada em suas serventias, anotam essa circunstância, imediatamente e sem ônus aos interessados, à margem do ato substabelecido, objeto da renúncia ou revogado, na forma do art. 387, *caput*, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

20 - Quando o substabelecimento, a renúncia ou o ato revocatório é lavrado em outra serventia, o Tabelião de Notas, imediatamente e mediante o pagamento pelo interessado da despesa com a respectiva comunicação, comunicará essa circunstância ao Tabelião de Notas que lavrou o ato original, enviando-lhe cópia da escritura pública de substabelecimento, renúncia ou revogação de procuração que lavrou, na forma do art. 387, §1º, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

21 - As cópias das escrituras de substabelecimento, revogação e renúncia de procurações serão arquivadas em pasta própria, anotando o tabelião de notas, à margem do ato substabelecido, objeto da renúncia ou revogado, o número da pasta e a folha em que arquivado o documento referido, com remissões recíprocas, na forma do art. 387, §2º, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Das Escrituras Públicas Dos Aspectos Gerais e Comuns a todas as Espécies de Escritura Públicas

22 - Os Tabeliões de Notas na escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros

requisitos, contem:

I – dia, mês, ano e local em que lavrada, lida e assinada;

II – qualificação das partes, observando:

a) quando se tratar de pessoa natural: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, número do registro de identidade (com menção ao órgão público expedidor) ou de documento equivalente, número de inscrição no CPF, domicílio e residência das partes e dos demais comparecentes, o regime de bens do casamento (quando necessário), nome do cônjuge e filiação, expressa referência a eventual representação por procurador, bem ainda, se houver, alterações nos documentos de identificação, mencionando-se o documento antigo e o atual;

b) quando se tratar de pessoa jurídica: a data do contrato social ou de outro ato constitutivo, número de inscrição no CNPJ, número na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, referência à cláusula do contrato ou do estatuto social que verse sobre as pessoas incumbidas da sua administração, seus poderes e atribuições, a autorização para a prática do ato, se exigível, e a ata da assembleia geral que elegeu a diretoria.

III - manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes;

IV - referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato;

V - declaração de ter sido lida na presença das partes e dos demais comparecentes, ou de que todos a leram - todos na forma do art. 263, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

23 - Os Tabeliões de Notas na escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros

requisitos, contem:

I - assinatura das partes e dos demais comparecentes ou, caso não possam ou não saibam escrever, de outras pessoas capazes, que assinaram a rogo e no lugar

daqueles, cujas impressões digitais, no entanto, deverão ser colhidas mediante emprego de coletores de impressões digitais;

II - assinatura do tabelião de notas, de seu substituto legal, ou escrevente autorizado;

III - menção à data, ao livro e à folha da serventia em que foi lavrada a procuração, bem como à data da certidão correspondente;

IV – quando se tratar de pessoa jurídica, apresentação do contrato social, suas alterações ou apenas a última alteração consolidada, bem como demais documentos de outras entidades competentes (OAB, CRECI, etc.), e a qualificação do seu representante legal e, se necessário, autorização válida para a prática do ato.

V - indicação clara e precisa da natureza do negócio jurídico e seu objeto - todos na forma do art. 263, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

24 - Os Tabeliões de Notas na escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros requisitos, contem:

I - recibo discriminado dos emolumentos devidos pela prática do ato; (Acrescido pelo Provimento COGER nº 22, de 19.12.2016)

II - Caso a escritura pública seja passada ou recebida por procurador, foi apresentado o original do instrumento de mandato

III - Declaração, se o caso, da forma do pagamento, se em dinheiro ou em cheque, com identificação deste pelo seu número e pelo banco sacado, ou mediante outra forma estipulada pelas partes;

IV - declaração de que é dada quitação da quantia recebida, quando for o caso; - todos na forma do art. 263, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

25 - Os Tabeliões de Notas verificam a outorga do cônjuge em qualquer escritura que tenha por objeto alienação ou oneração de imóvel, inclusive em escritura de integralização de capital em que o cônjuge não participe da sociedade, salvo se o casamento for sob o regime da separação total de bens - na forma do art. 263, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

26 - Nas escrituras relativas ao imóvel que não possua matrícula, mas que possua transcrição no registro imobiliário os Tabeliões identificam seu objeto, nos seguintes termos: I - sendo imóvel urbano construído, mediante referência a sua espécie, logradouro, número da edificação, número do lote de terreno e da quadra, situação que mencione bairro, distrito, município, comarca e estado da Federação, área, dimensões, confrontações e designação cadastral, se houver; II - sendo lote de terreno urbano vago, mediante referência a número, quadra, bairro, distrito, município, comarca e estado da Federação, área, dimensões, confrontações e designação cadastral, se houver, bem como indicação se ele está do lado par ou ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou esquina mais próxima. na forma do art. 265, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

27 - Houve a identificação de cobranças de emolumentos em desacordo com a Tabela de Emolumentos vigentes à época da prática do ato notarial ou de registro?

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a inconformidade: Estima-se que a Interina concedeu descontos indevidos, conduta que enseja providências concernentes a devolução proporcional de valores aos Fundos do Poder Judiciário.

Código das fotos: IMG-20200423-WA0037.jpg, IMG-20200423-WA0038.jpg, IMG-20200423-WA0039.jpg, IMG-20200423-WA0040.jpg, IMG-20200423-WA0041.jpg

28 - Os Tabeliães de Notas verificam Art. 267 os requisitos documentais inerentes à regularidade de escritura pública que implique transferência de domínio ou de direitos relativamente a imóvel, bem assim como constituição de ônus reais:

A - apresentam de comprovante de pagamento do imposto de transmissão, havendo incidência, salvo quando a lei autorizar o recolhimento após a lavratura, fazendo-se, nesse caso, expressa menção ao respectivo dispositivo legal:

Conformidade

Não conformidade

B - apresentam de certidão fiscal expedida pelo município ou pela União ou comprovante de quitação dos tributos que incidam sobre o imóvel:

Conformidade

Não conformidade

C - apresentam da certidão atualizada de inteiro teor da matrícula ou do registro imobiliário antecedente em nome do(s) transmitente(s), salvo nesta última hipótese nos casos de transmissão sucessiva realizada na mesma data pelo mesmo tabelião:

Conformidade

Não conformidade

D - apresentação de certidão de ônus reais, assim como certidão de ações reais ou de ações pessoais reipersecutórias relativamente ao imóvel, expedidas pelo Ofício de Registro de Imóveis competente, cujo prazo de eficácia, para esse fim, será de 30 (trinta) dias:

Conformidade

Não conformidade

E - apresentam certidão de débitos trabalhistas, expedida por meio do sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST ou expressa declaração, consignada na escritura, de que as partes envolvidas estão cientes da possibilidade de sua obtenção

Conformidade

Não conformidade

Das Escrituras Públicas de Compra e Venda de imóvel Rural

29 - Os Tabeliães de Notas verificam na identificação do imóvel:

a) para imóveis rurais georreferenciados: número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis, localização, denominação, área total, número do cadastro no INCRA constante do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR e Número de Imóvel Rural na Receita Federal -NIRF; na forma do art. 267, do CNRR/AC?

Conformidade

Não conformidade

b) para os demais imóveis rurais, os objetos de transcrição: descrição integral e pormenorizada, com referência a suas características e confrontações;

Conformidade

Não conformidade

30 - Os Tabeliães de Notas verificam os requisitos indispensáveis à escritura pública que implique alienação, a qualquer título, de imóvel rural ou de direito a ele relativo, assim como sua oneração na forma do art. 283, do CNRR/AC?

A - apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR mais recente, emitido pelo INCRA, devendo ser mencionado na escritura o seu número, área do imóvel e módulo;

Conformidade

Não conformidade

B - apresentação do comprovante de quitação da taxa de serviços cadastrais, se não constar a quitação da taxa no próprio CCIR;

Conformidade

Não conformidade

C - apresentação dos 5 (cinco) últimos comprovantes de pagamento referentes ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR ou certidão negativa relativa ao ITR expedida pelo órgão federal competente, ressalvados os casos de inexigibilidade e dispensa previstos no art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996;

Conformidade

Não conformidade

D - apresentação de certidão negativa de débito para com o INSS da pessoa jurídica alienante e da pessoa física alienante, caso esta última seja empregadora ou, se a pessoa física não for empregadora, declaração expressa nesse sentido sob sua responsabilidade civil e criminal;

Conformidade

Não conformidade

E – referência à existência de reserva florestal que esteja averbada na matrícula do imóvel ou registrada em órgão competente;

Conformidade

Não conformidade

F - prova de adoção da forma nominativa de suas ações no caso da sociedade anônima adquirente de imóvel rural que tenha por finalidade: dedicar-se a loteamento rural, explorar diretamente áreas rurais, ser proprietária de imóveis rurais não vinculados às suas atividades estatutárias.

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

G - apresentação do Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT, expedido pelo INCRA.

Conformidade

Não conformidade

31 - a) para imóveis rurais georreferenciados: número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis, localização, denominação, área total, número do cadastro no INCRA constante do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR e Número de Imóvel Rural na Receita Federal -NIRF;

b) para os demais imóveis rurais, os objetos de transcrição: descrição integral e pormenorizada, com referência a suas características e confrontações;

I - apresentação de comprovante de pagamento do imposto de transmissão, havendo incidência, salvo quando a lei autorizar o recolhimento após a lavratura, fazendo-se, nesse caso, expressa menção ao respectivo dispositivo legal;

III - apresentação da certidão atualizada de inteiro teor da matrícula ou do registro imobiliário antecedente em nome do(s) transmitente(s), salvo nesta última hipótese nos casos de transmissão sucessiva realizada na mesma data pelo mesmo tabelião;

IV - apresentação de certidão de ônus reais, assim como certidão de ações reais ou de ações pessoais reipersecutórias relativamente ao imóvel, expedidas pelo Ofício de Registro de Imóveis competente, cujo prazo de eficácia, para esse fim, será de 30 (trinta) dias;

V - apresentação da certidão de débitos trabalhistas, expedida por meio dosítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST ou expressa declaração, consignada na escritura, de que as partes envolvidas estão cientes da possibilidade de sua obtenção.

V - prova da quitação de tributos municipais, ou a dispensa expressa pelo adquirente, que, neste caso, deverá declarar que se responsabiliza pelo pagamento dos débitos fiscais existentes;

VI - indicação das certidões do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Secretaria da Receita Federal e de órgãos públicos, quando exigidas por lei, ou, se as partes não estiverem sujeitas às contribuições devidas à Seguridade Social ou forem dispensadas por lei, a declaração desta circunstância, sob as penas da lei;

VII – a indicação do valor do negócio jurídico, do atribuído pela Fazenda e do recolhimento do imposto de transmissão, ou referência a imunidade e isenção, caso em que o traslado deve ser instruído com cópia do documento comprobatório, com ressalva das hipóteses nas quais a lei autoriza a efetivação do pagamento após a sua lavratura;

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, pois no período correccionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

Das Escrituras Públicas de Inventário, Partilha, de Separação e de Divórcio

32 - Os Tabeliães de Notas cobram o valor de emolumentos com base de cálculo, havendo ou não a partilha, o valor total do monte-mor dos bens arrolados na escritura, ainda que haja partilha posterior ou atribuição particular de bem?

Conformidade

Não conformidade

33 - Os Tabeliães de Notas verificam se Todas as partes e seus respectivos cônjuges devem ser nomeados e qualificados na escritura pública na forma do art. 306 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

34 - Os Tabeliães de Notas verificam se na escritura pública de inventário e partilha conterà na forma do art. 307 do CNNR/AC?

A - a qualificação completa do autor da herança, o regime de bens do casamento, o pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver, o dia e o lugar em que faleceu?

Conformidade

Não conformidade

B - a data da expedição da certidão de óbito, o livro, a folha, o número do termo e a unidade de serviço em que consta o registro do óbito, a menção ou declaração dos herdeiros de que o autor da herança não deixou testamento e outros herdeiros, sob as penas da lei?

Conformidade

Não conformidade

35 - Os Tabeliães de Notas verificam se na lavratura da escritura de inventário e partilha, foram apresentados e arquivados, além dos documentos relacionados no art. 308 do CNNR/AC:

A - certidão de óbito do autor da herança, documento de identidade oficial e número do CPF das partes e do autor da herança, documento comprobatório do vínculo de parentesco dos herdeiros, certidão de casamento do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros casados e pacto antenupcial, se houver?

Conformidade

Não conformidade

B - certidão de propriedade de bens imóveis e direitos a eles relativos?

Conformidade

Não conformidade

C - documentos necessários à comprovação da titularidade dos bens móveis e direitos, se houver?

Conformidade

Não conformidade

D - certidões negativas de débito, ou positivas com efeito de negativas, expedidas pelas fazendas públicas federal, estadual e municipal, em favor do autor da herança?

Conformidade

Não conformidade

E - CCIR, se houver imóvel rural a ser partilhado?

Conformidade

Não conformidade

36- Os Tabeliães de Notas verificam os documentos apresentados no ato da lavratura da escritura são originais ou em cópias autenticadas, salvo os de identidade das partes, que serão sempre originais, de acordo com o art. 309 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

37 - Os Tabeliães de Notas verificam se na lavratura da escritura pública de separação e de divórcio consensuais, são apresentados os seguintes documentos de acordo com art. 319 de CNNR/AC:

A - certidão de casamento, documento de identidade oficial e número do CPF das partes, pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver?

Conformidade

Não conformidade

B - certidão de nascimento ou outro documento de identidade oficial dos filhos absolutamente capazes, se houver, certidão de propriedade de bens imóveis e direitos a eles relativos e documentos necessários à comprovação da titularidade dos bens móveis e direitos, se houver?

Conformidade

Não conformidade

38 - Os Tabeliães de Notas verificam se as partes as partes declaram no ato da lavratura, de acordo com o art. 320 do CNNR/AC que não têm filhos comuns ou, havendo, que são absolutamente capazes indicando:

A - existência de bens comuns sujeitos à partilha e de bens particulares de cada um dos cônjuges, descrevendo-os de forma detalhada, com indicação da matrícula e registro imobiliário, se for o caso, atribuindo-lhes os respectivos valores, partilha dos bens comuns?;

Conformidade

Não conformidade

B - pensão alimentícia, com indicação de seu beneficiário e valor, condições e critérios de correção, ou a dispensa do referido direito e retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou manutenção do nome de casado?

Conformidade

Não conformidade

39 - Os Tabeliães de Notas verificam se escritura pública, deve constar declaração das partes de que estão cientes das consequências da separação e do divórcio, firmes no propósito de pôr fim à sociedade conjugal ou ao vínculo matrimonial, respectivamente, sem hesitação, com recusa de reconciliação de acordo com art. 321 de CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

40 - Os Tabeliães de Notas verificam se havendo bens a serem partilhados, distinguir-se-á o que é do patrimônio individual de cada cônjuge do que é do patrimônio comum do casal, conforme o regime de bens, constando isso no ato notarial lavrado de acordo com art. 323 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

41 - Os Tabeliães de Notas verificam se na partilha em que houver transmissão de propriedade do patrimônio individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual do patrimônio comum, deverá ser comprovado o recolhimento do tributo devido sobre a fração transferida de acordo com art. 324 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

42 - Os Tabeliões de Notas verificam se os documentos mencionados escritura pública são arquivados na serventia de acordo com o art. 325 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

43 - Os Tabeliões de Notas verificam na escritura pública de restabelecimento constam, de modo expresso, que em nada prejudicará o direito de terceiros, adquirido antes e durante o estado de separado, seja qual for o regime de bens de acordo com o art 335 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Escritura Pública de Compra e Venda

44 - Os Tabeliões de Notas verificam na escritura de doação, o grau de parentesco entre os doadores e os donatários e nos negócios em que houver transmissão de nua propriedade e usufruto, indicação dos respectivos valores separadamente de acordo com o art 263 - X do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

45 - Os Tabeliões de Notas verificam se de interesse de incapaz, menção expressa à idade, se menor, e, sempre, a pessoa por quem é representado ou assistido, ressalvados os casos de aceitação futura pelo donatário acordo com o art 263 - XI do CNNR/AC?;

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

Testamento

46 - Os Tabeliões de Notas verificam os requisitos essenciais do testamento público de Art. 358 do CNNR/AC:

A - ser escrito por tabelião de notas em seu livro próprio, de acordo com as declarações do testador, podendo este servir-se de minuta, notas ou apontamentos?

legislação extravagante. 3.ed. rev. Atual. e ampl. da 2.ed. do Código Civil anotado. – São Paulo: RT, 2005. P. 818)

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a inconformidade:

O testamento não foi feito no livro próprio, mas no livro de escrituras diversas, devendo ser aberto um livro próprio para a realização de testamento.

Código da foto: 20200305_103526.jpg, 20200305_103608.jpg

B - se foi lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião de notas?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

C - ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião de notas?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

46 - Os Tabeliães de Notas verificam quem não pode ser nomeados herdeiros nem legatários de acordo com o de Art. 364 do CNNR/AC:

A - a pessoa que, a rogo, escreveu o testamento, nem o seu cônjuge, companheiro, ascendentes e irmãos?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

B - as testemunhas do testamento?

Conformidade

Não conformidade

C - o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos?

Conformidade

Não conformidade

D- o tabelião, civil ou militar, ou o comandante ou escrivão, perante quem se fizer, assim como o que fizer ou aprovar o testamento?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

47 - Os Tabeliães de Notas verificam se o testamento cerrado escrito pelo testador, ou por outra pessoa a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião de notas, observadas as seguintes formalidades de acordo com o art. 366 do CNNR/AC:

A - o testador deverá entregar o testamento cerrado ao tabelião de notas em presença de duas testemunhas?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

B - o testador deverá declarar que aquele é o seu testamento e que quer que seja aprovado?

Conformidade

Não conformidade

C - o tabelião de notas lavrará, desde logo, o auto de aprovação, na presença de duas testemunhas, e o lerá, em seguida, ao testador e às testemunhas;

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

D - o auto de aprovação será assinado pelo tabelião de notas, pelas testemunhas e pelo testador?

Conformidade

Não conformidade

48 - O Tabelião de Notas verifica no Art. 369. O testamento cerrado pode ser escrito em língua nacional ou estrangeira, pelo próprio testador, ou por outrem a seu rogo de acordo com o art. 369 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

DO REGISTRO DE IMÓVEIS

1 - A Serventia possui os Livros destinados ao Registro de Imóveis? (incisos I, II, III, IV, V e VI do Art. 896, do Provimento COGER 10/2016)

Sim

Não

2 - O Livro nº 02 de Registro Geral e o Livro nº 03 de Registro Auxiliar, é composto por fichas? (§ 5º, do Art 896, do Provimento COGER 10/2016)

10/2016

Sim

Não

3 - As fichas deverão ser escrituradas com esmero, arquivadas com segurança e, de preferência, em invólucros plásticos transparentes, vedada a sua plastificação. (§ 6º, do Art 896, do Provimento COGER 10/2016)

Conformidade

Não conformidade

4 - A Serventia realiza a cobrança de requerimento para registro? (ato vedado no inciso III, do Art. 191 do Provimento COGER 10/2016. (X) Sim

Sim

(X) Não

Do Livro nº 1 – Protocolo

Do exame do **Livro nº 01-D** procedeu-se à fiscalização do protocolo nº 6.452 (fl. 250) ao nº (fl.250), prenotados no período de 06.03.2019 a 31.01.2020.

5 - O livro de Protocolo atende as especificações descritas no anexo da Lei n. 6.015 de 31 de dezembro de 1.973:

Conformidade

(X) Não conformidade

Observação: As folhas 251, 253, 255, 257, 259, 261, 263, 265, 267, 269, 271, 273, 275, 277 e 279 do Livro de Protocolo estão sem o cabeçalho

Recomendação para a inconformidade:

(X) Orienta-se que sejam adotadas todas as medidas necessárias para o cumprimento do que está previsto na Lei de Registros Públicos.

Código da foto: 20200302_102229.jpg

6 - O Livro Protocolo atende as especificações contidas nos Incisos I, II, III, IV, V, VI E VII do Art. 905, do Provimento COGER nº 10/2016?

(X) Conformidade

Não conformidade, qual(is) inciso(s) violado(s)?

7 - Cada título apresentado corresponde a um número de protocolo? (§2º, do Art. 905, do Provimento COGER 10/2016)

(X) Conformidade

Não conformidade

8 - A Serventia fornece às partes recibo-protocolo de todos os documentos ingressados contendo numeração de ordem idêntica à lançada no Livro 1 – Protocolo? (Art. 909, do Provimento COGER 10/2016)

(X) Conformidade

Não conformidade

9 - O Livro de Protocolo possui termo diário de encerramento mencionando-se os números dos títulos protocolados? (Art. 914, do Provimento COGER 10/2016)

(X) Conformidade

Não conformidade

10 - Na coluna destinada à anotação dos atos formalizados, estão lançados, em forma resumida, os atos praticados nos Livros nºs 2 e 3, bem como as averbações efetuadas nos livros anteriores ao atual sistema de registro ou outras ocorrências do procedimento registral (Exemplos: R. 1/457; Av. 4/1950; R. 758; Av.1 na T. 3.789-L3D; dúvida suscitada; prenotação prorrogada; prenotação cancelada)? (*caput* do Art. 917, do Provimento COGER 10/2016)

Conformidade

Não conformidade

Observação: protocolos n. 6.616, 6.678, 6.689, 6.693

Recomendação para a inconformidade:

Recomenda-se que sejam realizadas buscas aos referidos protocolos e os identifique, fazendo constar no Termo de Encerramento do Livro os atos praticados em cada protocolo, na forma do art. 149, §4º, do Provimento COGER nº 10/2016. Havendo protocolos que ultrapassem os 30 dias sem o cumprimento das exigências, deverá ser o aludido protocolo encerrado com a expressão “*encerrado pelo decurso do prazo legal*” (*caput* do Art. 917, do Provimento COGER 10/2016).

Código da foto: 20200302_110611.jpg, 20200302_113405.jpg, 20200302_113621.jpg

11 - Todos os termos de encerramentos diários do Livro Protocolo estão assinados pelo oficial ou por seu substituto legal, podendo fazê-lo escrevente expressamente designado e autorizado? (*caput* Art. 931, do Provimento COGER 10/2016)

Conformidade

Não conformidade

Do Procedimento de Protocolização dos Serviços

Em cumprimento à decisão exarada pelo Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Júnior Alberto, no bojo dos autos nº 0002130-32.2018.8.01.0000, fora questionado à Interina acerca do procedimento adotado para a protocolização de serviços no âmbito do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Acrelândia.

Em resposta, a Interina informou que adota o seguinte procedimento:

1. O cliente ao solicitar o depósito dos documentos na serventia, para qualificação da Oficial Interina, recebe um documento denominado de Ordem de Serviço onde se é cobrado somente o Protocolo (Prenotação - Tabela 6G), ato Vedado pelo Art. 901 do CNNR/AC, após a qualificação dos documentos e estando o processo em perfeita ordem, o cliente é convocado a comparecer na serventia para a complementação dos valores aferidos no orçamento formalizado após a qualificação do processo, sendo quitado o seu débito com a serventia lhe é entregue o processo finalizado;
2. Estando o protocolo com alguma pendência, o cliente é comunicado das ocorrências por telefone, ele recebe a Nota de Exigência com a informação das inconsistências, mas o lançamento da Nota de Exigência não ocorre no livro de protocolo, em total desconformidade com o procedimento previsto no Art. 910 do CNNR/AC;
3. Assim que todas as pendências são saneadas, repete-se o processo de convocar as partes para quitação do débito com a serventia para finalização do processo.

Denota-se, portanto, que a Interina não observa as normas e princípios afetos ao Ofício de Registro de Imóveis, não somente em relação à não exigência de emolumentos de forma prévia para o depósito e qualificação de documentos apresentados pelos usuários dos serviços registraes, utilizando-se do Livro nº

01 tão somente para o exame e cálculo de custas cartorárias, para tão somente após a qualificação dos documentos - e saneamento de eventuais exigências informalmente formuladas aos usuários -, lançá-los como atos registrais efetivamente praticados.

Desta forma, o procedimento de registro de qualquer título não fica registrado no Livro de Depósitos Prévios da Serventia na medida em que não há exigência prévia de emolumentos pela apresentação de títulos no Registro de Imóveis, mas somente das custas cartorárias pagas após a finalização do ato e entrega da respectiva certidão, quando for o caso.

Assim considerado, entende-se que o procedimento adotado pela Interina não se coaduna com as normas e princípios que regem o direito notarial e registral, de modo que se determina a adoção imediata de providências no sentido de adequar a prestação dos serviços do Ofício de Registro de Imóveis às regras contidas no CNNR/AC, principalmente no que tange à escrituração do Livro de Protocolo, bem como às regras de escrituração do Livro de Depósitos Prévios.

Livro nº 2 – Registro Geral

Livro 02 - Registro Geral, examinadas as fichas de nº 3.651 ao nº 3.690, verificou-se que as matrículas estão organizadas em sistema de fichas, com sistemática que assegura buscas otimizadas e segurança ao acervo

12 - As fichas das matrículas do Livro nº 02 atendem as especificações expressas nos Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do Art. 934, do Provimento-COGER 10/2016?

Conformidade

Não conformidade, qual(is) inciso(s) violado(s)?

13 - A matrícula atende ao layout descrito nos incisos I, II, III, IV e V do Art 939, do Provimento COGER 10/2016?

Conformidade

Não conformidade, qual(is) inciso(s) violado(s)?

Inciso V - o número e a data do registro anterior

Matrículas 3.655, 3.667, 3.681

Recomendação para a inconformidade:

Recomenda-se que se adote a padronização e inserção dos elementos descritos no inciso(s) violado(s).

Código da foto: 20200302_124925.jpg

14 - Os registros realizados no Livro nº 02 atendem os requisitos previstos nos Incisos I, II, III, IV, V e VI do Art. 957, do Provimento COGER 10/2016?

Conformidade

Não conformidade, qual(is) inciso(s) violado(s)?

15 - Para o imóvel rural, a serventia no ato da abertura da matrícula, atende aos requisitos contidos nos incisos I, II, III, IV e V, do §6º, do Art. 22, da Lei n. 4.947/66, alterada pela Lei n. 10.267/2001?

Conformidade

Não conformidade, qual(is) inciso(s) violado(s)?

inciso I, Código do Imóvel Rural.

Recomendação para a inconformidade:

(X) Recomenda-se que se adote a padronização e inserção dos elementos descritos no inciso(s) violado(s).

Código da foto: 20200302_123555.jpg

15.1 - As Matrículas n. 3.651, 3.653, 3.654, 3.656, 3.658, 3.661, 3.663, 3.666, 3.670, 3.673, 3.679, 3.686, o ato de abertura de matrícula está com vinculação de selo digital.

A abertura de matrícula não deve vir com indicação e nem ser afixado selo, vez que não é considerada ato de registro nem de averbação, conforme dispõe o caput e incisos do Art. 167, da Lei nº 6.015/73, sendo, portanto, in casu, um ato praticado sem previsão legal.

Como dispõe o Art 1º da Lei Estadual nº 1.805/2006 “*todos os atos jurídicos serão cobrados e recolhidos de acordo com a presente lei e as tabelas anexas*”, reforçada ainda no parágrafo 12, da Decisão proferida no processo SEI n. 0007253-11.2018.8.01.0000, que veda a averbação do Registro Anterior, in verbis: “*poderiam ser utilizadas como subterfúgio para a cobrança de abertura de matrícula, procedimento que não enseja cobrança de numerário por falta de previsão legal na Lei Estadual nº 1.805/2006, que fixa os Emolumentos Notariais e de Registros do Estado do Acre.*”, acompanhado do Art. 41 da Lei nº 8.935/94, diz: “*aos notários e aos oficiais de registro praticar, independentemente de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços*”.

Código da Foto: Extrajud - Consulta Selo J000001763, 20200302_124136.jpg

(X) Orienta-se a Interina que apresente justificativas para procedimento distinto do não previsto na Lei Estadual n. 1.805/06.

Livro nº 3 – Registro Auxiliar

O **Livro nº 3 - Registro Auxiliar** é organizado em fichas, tendo a equipe de correição procedida à análise das fichas registradas sob a ordem nº 1.487 (12.08.2019) a nº 1.579 (27.02.2020). No tocante à escrituração, em regra observou-se regularidade e cumprimento das formalidades legais, sem nenhuma observação para ser colocada nesse ponto.

16 - As fichas contêm a expressão “Livro 3 – Registro Auxiliar” e a identificação da respectiva unidade de registro de imóveis.

(X) Conformidade

() Não conformidade

17 - As fichas dos Livros nº 2 e nº 3 deverão estar autenticadas (assinadas) pelo oficial ou quem o substitua. Os atos assinados pelo escrevente autorizado que os tenha praticado podem ser substituídos pelo oficial. (Art 897, do Provimento COGER 10/2016)

(X) Conformidade

() Não conformidade, quais são (Av/R - Matrícula)

Livro nº 4 – Indicador Real

18 - O Livro nº 4 - Indicador Real é cadastrado e atualizado por meio de Sistema Cartorário. Tendo como primeiro cadastro do dia 12.08.2019 o Lote urbano n. 14-A, Rodovia AC-474, com 133,86 metros quadrados, matriculado sob n. 3.592 e ultimo cadastro realizado no dia 03.01.2020 o Lote urbano n. 13, Quadra 11, Rua Pioneiros, n. 1143 com 495,60 metros quadrados, Matrícula n. 3.684.

Livro nº 5 – Indicador Pessoal

19 - O Livro nº 5 - Indicador Pessoal é cadastrado e atualizado por meio de Sistema Cartorário. As buscas simuladas no decorrer da Correição demonstraram que o referido indicador encontra-se apto e regular para os fins que se destina. As buscas que foram realizadas nos dias da correição, obtivemos os seguintes resultados.

Data	CPF	NOME	
12/08/2019	592.169.992-68	Ronaldo Lopes	Início da Correição
02/03/2020	115.555.132-04	Luiz Alves de Oliveira	Término da Correição

Do Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros

20 - Todas as aquisições ou não de imóveis rurais por estrangeiros comunicadas ao INCRA e à Corregedoria-Geral da Justiça? (§ 1º, e *caput* do Art. 977, do Provimento COGER 10/2016)

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a inconformidade:

Orienta-se que sejam adotadas todas as medidas necessárias para o cumprimento do que está previsto no Provimento COGER 10/2016.

Das Pessoas, Dos Títulos, Das Averbações e das Retificações do Registro

21 - A qualificação da pessoa física, nos atos de registros atendem as especificações dos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do Art. 985, do Provimento COGER 10/2016?

Conformidade

Não conformidade, qual(is) inciso(s) violado(s)

22 - A qualificação da pessoa jurídica, nos atos de registros atendem as especificações dos incisos I, II, III, IV, V e VI do Art. 986, do Provimento COGER 10/2016?

Conformidade

Não conformidade

23 - A serventia possui sistema de arquivamento adequado e compatível com o movimento do cartório, de forma a permitir rápida localização e fácil consulta? (Parágrafo único do Art. 990 e 1.015, ambos do Provimento COGER 10/2016)

Conformidade

Não conformidade

24 - O oficial comunica as operações imobiliárias registradas para à Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante preenchimento e envio da respectiva Declaração sobre Operação Imobiliária (DOI), de conformidade com as instruções normativas vigentes? (Art. 1.022, do Provimento COGER 10/2016)

Conformidade

Não conformidade

25 - A DOI é apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da lavratura, anotação, averbação, matrícula ou registro do documento, por meio da Internet? (*caput* do Art. 4º da Instrução Normativa RFB

nº 1.112/2010)

Conformidade

Não conformidade

Das Certidões

26 - A serventia respeita o prazo de 5 (cinco) dias para a emissão e disponibilização de qualquer certidão? (Art. 1.027, do Provimento COGER 10/2016)

Conformidade

Não conformidade

27 - As certidões são fornecidas em papel de segurança mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia ou outro processo equivalente. (Art. 1.034, do Provimento COGER 10/2016)

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a inconformidade:

Orienta-se que sejam adotadas todas as medidas necessárias para para a aquisição do papel de segurança.

Código da foto: 20200303_102738.jpg

Da Central de Indisponibilidade de Bens

28 - A serventia de registro de imóveis realiza a verificação no encerramento do expediente se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação XML para seu arquivo e respectivo procedimento registral no Portal Eletrônico publicado sob o domínio <http://www.indisponibilidade.org.br>?

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a inconformidade:

Recomenda-se que institua a rotina do download diariamente do arquivo, nos parâmetros do que prevê o Art. 1.328 do Provimento COGER 10/2016.

29 - O Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais – Sinter, foi instituído pelo Decreto 8.764, de 10 de maio de 2016, (passando a ser obrigatório em 24/07/2019), como ferramenta de gestão pública que integrará, em um banco de dados espaciais, o fluxo dinâmico de dados jurídicos produzidos pelos serviços de registros públicos ao fluxo de dados fiscais, cadastrais e geoespaciais de imóveis urbanos e rurais produzidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios (<http://receita.economia.gov.br/sinter>).

A Serventia Realiza a alimentação diária desse banco de dados?

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a inconformidade:

Orienta-se que inicie o processo de alimentação do Banco de Dados.

Provimento CNJ nº 88/2019

30 - O Tabelião/Interino identificou e informou à Unidade de Inteligência Financeira – UIF qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor em espécie, igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou equivalente em outra moeda, desde que perante o tabelião?.

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a não conformidade

O Tabelião cumprir a determinação do Provimento nº 88/2019..

1 - Não identificou nenhum caso de comunicação.

31 - O Tabelião/Interino identificou e informou à Unidade de Inteligência Financeira – UIF qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor, por meio de título de crédito emitido ao portador, igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), desde que perante o tabelião?.

Conformidade

Não conformidade

DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Das Atribuições

Do exame do **Livro nº B-15** procedeu-se à fiscalização do Registro nº 1190 (fl. 300) data de 13/08/2019 (Contrato Particular de Doação). Livro encerrado.

Do exame do **Livro nº B-16** procedeu-se à fiscalização do Registro nº 1191 (fl. 001) data de 14/10/2019 (Contrato de arrendamento de Pastagem), ao último registro nº 1203 (fl. 55), data de 19/02/2020. (Contrato de Arrendamento de Pasto). Livro encontra-se em uso.

1 - Os registros correicionados estão regulares quanto à observância dos arts. 776 c/c 777/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

Conformidade

Não conformidade

2 - Para que surta os devidos efeitos, os registros correicionados estão regulares quanto à observância dos arts. 778 do I ao X/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

Conformidade

Não conformidade

3 - os registros estão regulares quanto à observância dos arts. 781 c/c 782/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

Conformidade

Não conformidade

4 - Quanto à observância dos arts. 785 c/c 786/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade
 Não conformidade

5 - os registros estão regulares quanto à observância dos arts. 787 c/c 788/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade
 Não conformidade

Da Escrituração

Do exame do **Livro nº A-01** procedeu-se à fiscalização do protocolo nº 225 (cédula de crédito bancário) data de 06.02.2019. não havendo protocolos até a presente data a qual foi no dia 31.01.2020.

6 - Além dos livros obrigatórios e comuns no Registro de Títulos e Documentos, os Livros correicionados estão regulares quanto à observância dos art. 789 ao 790/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade
 Não conformidade

7 - os registros de Títulos e Documentos terão (300) folhas, estão regulares quanto à observância dos arts. 791 c/c 792, §1º e §2º/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade
 Não conformidade

8 - Os registros de Títulos e Documentos, estão regulares quanto à observância do art. 793, parágrafo único/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade
 Não conformidade

9 - os registros de Títulos e Documentos, estão regulares quanto à observância do art. 793 ao 799/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade
 Não conformidade

Da Transcrição e da Averbação

10 - Quanto à observância dos arts. 800/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade
 Não conformidade

11 - Art. 804 parágrafo único/CNNR/AC, o registro resumido consistirá na declaração da natureza do título no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

12 - Art. 807 c/c 808 parágrafo único/CNNR/AC, o registro correicionado está regular quanto às suas atribuições ?

Conformidade

Não conformidade

13 - Art. 809 c/c 810 e 811 §1º e §2º/CNNR/AC, os registros estão regulares quanto à observância ?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

14 - Art. 826/CNNR/AC, os registros estão regulares quanto à observância ?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

15 - Art. 829/CNNR/AC, o registro para autenticação de microfilmes apresenta o serviço conforme a observância do artigo?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Da Escrituração

Do exame do **Livro nº A-11** procedeu-se à fiscalização do registro nº 364 (fl. 33/44) data de 12/08/2019 (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA), ao último registro registro nº 184 (fl. 251/254), (EDITAL DE CONVOCAÇÃO) data de 04/02/2020. Livro em uso.

Do exame do **Livro Protocolo nº 02** procedeu-se à fiscalização do protocolo nº 1233 (fl. 27) data de (ATA DE RETIFICAÇÃO DO CONSELHO), ao último protocolo nº 1256 (fl. 36), data de 26/02/2020 (ESTATUTO).

1 - Os Livros correicionados estão de conformidade quanto à observância do art. 839/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições. Atos Constitutivos; Contratos Sociais; Estatutos da Sociedades simples; das associações; das organizações religiosas; das fundações de direito privado; das empresas individuais de responsabilidade limitada de natureza simples; e dos sindicatos?

Conformidade

Não conformidade

2 - Os Livros correicionados estão de conformidade quanto à observância do art. 839/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições, que são registrar as sociedades simples revestidas das formas empresárias, conforme estabelecido no Código Civil, com exceção das sociedades anônimas e das sociedades em comandita por ações;

Conformidade

Não conformidade

3 - Os Livros correicionados estão de conformidade quanto à observância do art. 839/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições - matricular jornais, revistas e demais publicações periódicas, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas, e as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias;

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

4 - Os Livros correicionados estão de conformidade quanto à observância do art. 839/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições, averbar, nas respectivas inscrições e matrículas, todas as alterações supervenientes;

Conformidade

Não conformidade

5 - Os Livros correicionados estão de conformidade quanto à observância do art. 839/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições fornecer certidões dos atos arquivados e dos que praticarem em razão do ofício;

Conformidade

Não conformidade

6 - Os Livros correicionados estão de conformidade quanto à observância do art. 839/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições, Livros correicionados estão de conformidade quanto à observância do art. 839/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições, registrar e autenticar livros das pessoas jurídicas registradas, exigindo a apresentação do livro anterior, observando-se sua rigorosa sequência numérica, com a comprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da utilização de suas páginas, bem como uma cópia reprográfica do termo de encerramento para arquivo no Serviço.

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

7 - Art. 843/CNNR/AC. Além dos livros e arquivos obrigatórios e comuns a todas as Serventias, deve o Serviço do Registro Civil das Pessoas Jurídicas manter os seguintes livros: I - "A", para os fins indicados nos itens I e II do artigo 839, com 300 (trezentas) folhas; II - "B", para a matrícula de oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, com 150 (cento e cinquenta) folhas; III - Livro Protocolo, com 300 (trezentas) folhas ou mensal, para lançamento de todos os atos, para lançamento de todos os documentos, papéis e títulos ingressados, que digam respeito a atos de registro ou averbação.

Conformidade

Não conformidade

8 - Os instrumentos apresentados para fins de exame e registro serão protocolizados observando-se numeração seqüencial pela ordem de apresentação, conforme art. 844/CNNR/AC §1º?

Conformidade

Não conformidade

9 - Art. 845 c/c 846/CNNR/AC. A transcrição dos Livros “A” e “B” poderá ser realizada em fichas, para cada pessoa jurídica, escrituradas manual ou eletronicamente, sendo cada lançamento associado às imagens dos documentos gravados digitalmente ou em microfilme, disponíveis para impressão.

Conformidade

Não conformidade

10 - Art. 849/CNNR/AC. Em seguida ao registro, far-se-á referência à anotação, no Livro de Protocolo, ao número de ordem em que foi lançado, mencionando-se, também, o número da folha de outros livros em que houver qualquer nota ou declaração concernente ao mesmo ato.

Conformidade

Não conformidade

11 - Art. 850 c/c 851, 852, 853 e 854/CNNR/AC. No ato registral (registro ou averbação) serão sempre indicados o número e a data do protocolo do documento apresentado para registro ou averbação.

Conformidade

Não conformidade

Da Pessoa Jurídica

12 - Os Livros correccionados estão de conformidade quanto à observância do Art. 856/CNNR/AC. Os documentos apresentados para registro e averbação no Registro Civil das Pessoas Jurídicas deverão ser protocolizadas em ordem cronológica no Livro Protocolo.

Conformidade

Não conformidade

13 - Estão de conformidade quanto à observância do Art. 859/CNNR/AC. Para o registro da pessoa jurídica, serão apresentadas duas vias originais do ato constitutivo, contrato social ou estatuto, pelas quais se fará o registro, mediante requerimento escrito firmado pelos sócios, administrador, designado na forma da lei, ou interessado, este considerado como toda e qualquer pessoa que, tendo direito ou legítimo interesse, possa ser afetada pela ausência do arquivamento do ato

Conformidade

Não conformidade

14 - Estão de conformidade quanto às observâncias dos Arts. 860 c/c 861/CNNR/AC. Havendo exigência a ser satisfeita, o oficial indicá-la-á por escrito ao apresentante, que, no prazo de trinta dias contados de seu lançamento no protocolo?

Conformidade

Não conformidade

15 - Estão de conformidade quanto às observâncias do Art. 864/CNNR/AC Todos os documentos que, posteriormente, autorizem averbações, deverão ser juntados aos autos que deram origem ao registro, com a respectiva certidão do ato realizado. Quando arquivados separadamente dos autos originais e suas alterações, estas deverão reportar obrigatoriamente a eles, com referências recíprocas.

- Conformidade
 Não conformidade

16 - Estão de conformidade quanto às observâncias dos Art. 865. As averbações referentes às fundações dependerão da anuência do Ministério Público, exceto em se tratando de fundação previdenciária, cuja anuência será dada pelo órgão regulador e fiscalizador vinculado ao Ministério da Previdência Social.

- Conformidade
 Não conformidade
 Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

Do registro de jornais, Oficinas Impressoras, Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias

17 - Os documentos correicionados para pedidos de matrículas mediante requerimento, estão de conformidade quanto à observância dos arts. 872 ao 876/CNNR/AC, no âmbito de suas atribuições ?

- Conformidade
 Não conformidade
 Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

DOS TABELIONATOS DE PROTESTO

Apontamento

1 - Os títulos são protocolizados no prazo de 24 horas do recebimento do arquivo do CRA ou do apresentante?

- Conformidade
 Não conformidade

2 - São protocolados ou protestados títulos ou documentos de dívida que identifiquem o devedor, seu número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - pessoa física, o número do CPF, se pessoa jurídica, nº do CNPJ – ou, na sua falta, o número do documento de identidade?

- Conformidade
 Não conformidade

3 - No ato da apresentação do documento foram constatadas as informações: o seu nome ou o da empresa que representa e o próprio endereço; o nome do devedor, como grafado no título, além de seu CPF ou CNPJ; o endereço atual do devedor para fins de intimação; o valor do documento com seus acréscimos legais ou convencionais e se o apontamento e eventual protesto terão finalidade falimentar?

- Conformidade
 Não conformidade

4 - Ao apresentante é entregue recibo com as características essenciais do título ou documento de dívida, sendo de sua responsabilidade os dados fornecidos, inclusive quanto aos dados do devedor?

- Conformidade
 Não conformidade

Observação

O interino aduziu que o comprovante do apontamento é enviado via arquivo de remessa.

5 - Houve diligência para intimação do devedor para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto ?

Conformidade

Não conformidade

Observação: A Interina declarou que efetuou a contratação de terceiro para efetuar a intimação na zona urbana, rural e BR, mas que não formalizou o contrato. Declarou que efetuou a contratação em novembro de 2019, sendo efetuado o pagamento de R\$ 1,00 (um real) por quilômetro. Não efetuou prestação de contas destes valores e tem retirado o valor de sua remuneração. O intimador realiza as notificações na área urbana e rural por esse valor. A Interina declarou que não formulou pedido à Corregedoria Geral da Justiça. A Interina foi advertida a promover a imediata regularização da relação contratual, mediante prévia formulação de autorização à Corregedoria Geral da Justiça e que o valor deve ser objeto de renegociação, pois a Interina paga o valor de R\$ 1,00 por quilômetro, tanto para a zona urbana como para a zona rural. A título de exemplificação, se o intimador percorrer 1 KM na zona urbana receberá R\$ 1,00, mas se percorrer 100 Km na zona rural receberá R\$ 100,00, ou seja, valor superior aos emolumentos. A interina possui recibos de pagamentos realizados ao intimador. Finalmente, a Interina foi advertida sobre a irregularidade da contratação e dos impactos da responsabilização trabalhista.

Código da fotografia: 20200303_102149.jpg

6 - Foi constatada alguma recusa do Tabelião em receber o pagamento do título na própria Serventia?

Conformidade

Não conformidade

7 - Na intimação são observados as informações do nome dos devedores com seus respectivos domicílios e residências; a indicação precisa das formas de pagamento admitidas; a advertência, quando o caso, de que o apontamento foi para protesto por falta de aceite, e não de pagamento, assim intimando-se o sacado a vir aceitar ou justificar a recusa; a data para o pagamento; o nome do apresentante do título; a natureza do título, o número, a data da emissão, o valor e a data do vencimento; o endereço do Tabelionato; a data da apresentação do título e o número do respectivo protocolo; o tipo de protesto, se comum ou para fins falimentares, e o motivo do protesto, se por falta de pagamento, de aceite, de data de aceite ou de devolução; a advertência de que o registro do protesto será informado aos órgãos de proteção ao crédito, se por eles solicitada, nos termos do artigo 29 da Lei n.º 9.492/1997?

Conformidade

Não conformidade

8 - Na hipótese de intimação por edital foi consignado que a pessoa indicada para aceitar ou pagar era desconhecida, sua localização incerta e não sabida, tiver residência ou domicílio fora da praça de pagamento, ou, ninguém se dispuser a recebê-la no endereço fornecido pelo apresentante?

Conformidade

Não conformidade

9 - O edital foi afixado no Tabelionato e publicado pela imprensa local, com indicação do seu endereço, onde houver jornal de circulação diária, podendo ainda,

sem prejuízo do atendimento daqueles requisitos, ser disponibilizado no site do Tabelionato, se houver?

Conformidade

Não conformidade

10 - O edital contém o nome do devedor; o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) ou da cédula de identidade, se o devedor for pessoa física; o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o devedor for pessoa jurídica; a identificação do título ou documento de dívida pela sua natureza e pelo número do protocolo e o prazo limite para cumprimento da obrigação no Tabelionato?

Conformidade

Não conformidade

11 - Os editais foram arquivados em ordem cronológica?

Conformidade

Não conformidade

12 - O tabelião colocou à disposição do apresentante/credor, no primeiro dia útil seguinte ao recebimento, o dinheiro ou o cheque administrativo e forneceu o recibo de quitação, em que constarão os valores recebidos e, se for o caso, o valor da

devolução do depósito dos emolumentos e demais despesas?

Conformidade

Não conformidade

Por amostragem foram verificados os seguintes pagamentos

Protocolo	Data do pagamento	Data da transferência ao credor	Dias de atraso	Anexo fotográfico
04531	03/02/2020	06/02/2020	02	20200303_112306.jpg
04361	09/01/2020	14/01/2020	02	20200303_114609.jpg
04317	26/12/2019	30/12/2019	1	20200303_124018.jpg
04078	30/10/2019	19/11/2019	19	20200303_124404.jpg
042229	11/12/2019	16/12/2019	4	20200303_124758.jpg
04532	04/02/2020	07/02/2020	02	20200303_111950.jpg
04071	31/10/2019	19/11/2019	18	20200303_125304.jpg
04068	04/11/2019	08/11/2019	3	20200303_125528.jpg
04035	22/10/2019	29/10/2019	6	20200303_125939.jpg
04026	17/10/2019	23/10/2019	5	20200303_130500.jpg
03962	26/09/2019	01/10/2019	4	20200303_130821.jpg

13 - Os livros de apontamentos correicionado foram abertos e encerrados pelo tabelião, por seu substituto legal ou por escrevente especialmente autorizado e suas folhas numeradas e rubricadas?

Conformidade.

Não conformidade

Observação: O livro é digital.

14 - O livro de protocolo possui o número de ordem; natureza e número do título ou do documento de dívida; data do vencimento; valor; nome do apresentante; nome do cedente ou credor; nome e identificação do devedor ou sacado; motivo do protesto e ocorrências?

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a não conformidade

O Tabelaio deve providenciar a adequação do livro de protocolo, conforme regra do artigo 498/CNNR/AC.

Observação: O livro de protocolo apresenta numeração fora da ordem cronológica. A explicação de colaborador é de que se trata de títulos que foram devolvidos por irregularidade. Em análise ao livro de apontamento, verifica-se que o protocolo 4722 não aparece na ordem cronológica do livro, mas em análise do referido protocolo, constata-se que ocorreu a irregularidade, motivo de sua devolução. O livro não é impresso, sendo mantido apenas no sistema. Contudo das informações contidas, torna-se visível os requisitos legais, especialmente do controle das ocorrências.

Código de fotografia: 20200303_093412.jpg e 20200303_093031.jpg

15 - No final de cada expediente foi lavrado termo de encerramento, em que constou o número de títulos apresentados no dia?

Conformidade

Não conformidade

16 - O livro de protocolo com escrituração em meio eletrônico possui cópias de segurança atualizadas (backup), com redundância, fora da serventia extrajudicial, em local seguro, a ser informado ao Juiz Corregedor Permanente, e de preferência em data center?

Conformidade

Não conformidade

17- Os sistemas de escrituração em meio eletrônico possuem mecanismos de identificação de usuários, com registro dos atos praticados, e de preservação da integridade dos dados escriturados?

Conformidade

Não conformidade

Protesto

17 - O protesto foi lavrado e registrado no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da protocolização do título ou documento de dívida?

Conformidade

Não conformidade

18 - Na contagem do prazo de 03 dias para realização do protesto foi excluído o dia do protocolo e incluído o do vencimento?

Conformidade

Não conformidade

19 - Na contagem do início ou o vencimento dos prazos para realização do protesto que coincidiram com feriado ou com dia não útil, foram consideradas as regras de prorrogação para o dia útil seguinte?

Conformidade

Não conformidade

20 - Há comprovação da entrega do título ou do documento de dívida protestado far-se-á ao apresentante/credor, mediante recibo e depois de pagos emolumentos?

Conformidade

Não conformidade

Observação:

1 - A Interino faz a entrega do instrumento de protesto diretamente na CRA.

21 - Foi observado o prazo, máximo, de 2 (dois) dias, contados da lavratura do ato, para que o Tabelião disponibilizasse o respectivo instrumento ao apresentante, acompanhado do documento submetido a protesto?

Conformidade

Não conformidade

Observação:

1 - Os instrumentos são entregues diretamente na CRA.

22 - O protesto contém a indicação do número do livro e página em que foi lavrado; a data e o número do respectivo protocolo; nome do credor e seu CNPJ ou CPF ou, na sua falta, número de documento de identidade; nome do apresentante e seu endereço; reprodução ou transcrição do documento ou das indicações feitas pelo apresentante e das declarações nele inseridas; certidão das intimações procedidas e das respostas eventualmente oferecidas, ou sua reprodução; indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas; aquiescência do portador ao aceite por honra; nome do devedor e seu CNPJ ou CPF ou, na sua falta, número de documento válido de identidade; a identificação do devedor ou das pessoas indicadas para pagar ou aceitar (nome, endereço e número de inscrição na Secretaria da Receita Federal); a motivação do protesto; certidão da intimação feita, resposta eventualmente dada ou declaração da falta de resposta; certidão de não haver sido encontrada ou ser desconhecida a pessoa indicada para aceitar ou pagar, o tipo de protesto, quando lavrado para fins especiais; data e assinatura do tabelião, de seu substituto ou de escrevente autorizado e cota dos emolumentos e demais despesas?

Conformidade

Não conformidade

23 - Há informação da motivação do protesto, se este foi lavrado por falta de pagamento, aceite ou devolução?

Conformidade

Não conformidade

24 - Os livros de protestos correicionados foram abertos e encerrados pelo tabelião, por seu substituto legal ou por escrevente especialmente autorizado, e suas folhas serão numeradas e rubricadas?

Conformidade

Não conformidade

Observação: A inspeção iniciou no livro 16, fl. 139 e encerrou no livro 18, termo de encerramento.

25 - O livro de protesto possui cópias de segurança atualizadas (backup), com redundância, fora da serventia extrajudicial, em local seguro, a ser informado ao Juiz Corregedor Permanente, e de preferência em data center?

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a não conformidade

O Tabelião deve manter cópia de segurança fora da serventia e informar ao Juiz Corregedor Permanente, conforme determinação do artigo 526, § 1º e art. 523/CNNR/AC.

Observação

1 - Não se constatou ofício ao juiz corregedor permanente

26- Os sistemas de escrituração em meio eletrônico possuem mecanismos de identificação de usuários, com registro dos atos praticados, e de preservação da integridade dos dados escriturados?

Conformidade

Não conformidade

27 - São arquivados nos Tabelionatos de Protesto de Títulos os seguintes documentos: Intimações; Editais; documentos apresentados para averbações e cancelamentos de protestos; mandados de cancelamentos e de sustação de protestos; ordens de retirada de títulos pelo apresentante; comprovantes de entrega dos pagamentos aos credores; comprovantes de devolução dos títulos ou documentos de dívida irregulares, que não possam ser protestados; requerimentos de retirada de títulos ou de documentos de dívida pelo apresentante; documentos apresentados para expedição de certidões de homônimos; cópias dos cheques comuns devolvidos sem compensação bancária, emitidos por microempresas e empresas de pequeno porte em pagamento de títulos e de outros documentos de dívida apresentados a protesto; procurações, cópias de atos constitutivos das pessoas jurídicas, alterações contratuais, consolidações societárias, certidões do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, fichas cadastrais da Junta Comercial e comprovantes de inscrição e situação cadastral emitidos pela Receita Federal do Brasil; documentos comprobatórios da causa das duplicatas, nota fiscal-fatura ou respectivo contrato de prestação de serviço, além dos comprovantes da entrega e recebimento das mercadorias ou da efetiva prestação do serviço; comprovantes de endereço dos emitentes de cheques?

Conformidade

Não conformidade

28 - No cancelamento do protesto foi realizada a apresentação do documento protestado e cuja cópia foi arquivada, ou por meio de solicitação simples do credor ou do apresentante?.

Conformidade

Não conformidade

29 - A carta de anuência possui a firma reconhecida, contrato social e a pessoa detinha poderes para emitila?

Conformidade

Não conformidade

Recomendação para a não conformidade

O Tabelião deve observar a exigência do artigo 539/CNNR/AC, sendo indispensável o contrato social para verificar a existência de poderes de representação.

Observação:

1 - No instrumento de protesto 3405, não há carta de anuência ou contrato social, sendo apenas apresentado a autorização da ELETROACRE

Código da foto: 20200303_133128.jpg

2 - No instrumento de protesto 3425 existe carta de anuência e estatuto social.

3 - No instrumento de protesto 3150 existe a carta de anuência, mas sem o contrato social.

4 - No instrumento de protesto 3186 existe a carta de anuência, mas sem o contrato social.

5 - No instrumento de protesto 3284 existe a carta de anuência, mas sem o contrato social.

30 - O cancelamento do protesto foi averbado no registro respectivo e anotado no índice?.

Conformidade

Não conformidade

Mandados e Ofícios de Sustação de Protesto

31 - O cumprimento de mandados ou ofícios de sustação e protesto recebidos após a lavratura e o registro do ato foi objeto de averbação, ex officio, no respectivo registro, consignando que os efeitos do protesto foram suspensos por determinação judicial?

Conformidade

Não conformidade

Do Protesto de Certidão de Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas

32 - O Tabelião ao receber o pagamento de custas judiciais, inscritas em dívida ativa, informou à Diretoria de Finanças e Informações de Custos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, preferencialmente por meio de malote digital, no prazo de 10 (dez) dias, acostando-se o comprovante de pagamento e a respectiva cópia da CDA?

Conformidade

Não conformidade

Do Protesto de Certidão de Dívida Judicial Oriunda de Valores Apurados de Cumprimento Definitivo de Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Pagar Quantia Certa e de Execução Fundada em Título Extrajudicial

33 - Na hipótese de pagamento da Certidão de Dívida Judicial, antes do registro do protesto, ou após este, o Tabelião, ao efetuar a baixa do título ou o cancelamento do protesto por este motivo, comunicou o fato imediatamente à Unidade Jurisdicional onde tramitou o processo, por meio de malote digital ou outro meio idôneo, para fins de extinção?

Conformidade

Não conformidade

Do Protesto da Sentença Condenatória de Prestação Alimentícia e da Decisão Interlocutória que Fixa Alimentos

34 - Na hipótese de pagamento antes do registro do protesto, ou após este, o Tabelião, ao efetuar a baixa do título ou o cancelamento do protesto por este motivo, comunicou o fato imediatamente à Unidade Jurisdicional onde tramitou o processo, por meio de malote digital ou outro meio idôneo, para fins de extinção?

Conformidade

Não conformidade

Das Certidões

35 - A certidão foi expedida no prazo de 5 (cinco) dias úteis e abrangeu o período mínimo de cinco anos contado da data do pedido, salvo se for alusiva a um protesto específico ou a um período maior, por solicitação expressa do requerente?

Conformidade

Não conformidade

Dos Serviços Eletrônicos Compartilhados e da Central de Remessa de Arquivos - CRA

36 - O Tabelião realiza entre 9h às 11h (horário local) o download do arquivo “REMESSA”, enviado naquele dia pela CRA, e gera o arquivo “CONFIRMAÇÃO?”;

Conformidade

Não conformidade

37 - O Tabelião realiza entre 9h às 11h30min (horário local) o envio do arquivo “CONFIRMAÇÃO?”

Conformidade

Não conformidade

38 - O Tabelião realiza após às 16h (horário local) a verificação da existência de arquivos de desistência ou cancelamento?;

Conformidade

Não conformidade

39 - O Tabelião realiza até às 11h (horário local) o envio do arquivo de retorno relativo às ocorrências havidas no dia anterior?

Conformidade

Não conformidade

Provimento CNJ n. 88/2019

40 - O Tabelião/Interino identificou e informou à Unidade de Inteligência Financeira – UIF qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor em espécie, igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou equivalente em outra moeda, desde que perante o tabelião?.

Conformidade

Não conformidade

41 - O Tabelião/Interino identificou e informou à Unidade de Inteligência Financeira – UIF qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor, por meio de título de crédito emitido ao portador, igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), desde que perante o tabelião?.

Conformidade

Não conformidade

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Fica estabelecido **o prazo de 30 (trinta) dias** para que o(a) Delegatário(a)/Interino(a) responsável pela Serventia encaminhe as comprovações referentes às recomendações/orientações constantes deste Relatório.

2. Fica estabelecido **o prazo de 30 (trinta) dias** para que o(a) Delegatário(a)/Interino(a) responsável pela Serventia encaminhe à Corregedoria-Geral da Justiça todos os documentos relacionados nos autos nº 0000806-36.2020.8.01.0000, referentes aos aspectos tributários, administrativos, previdenciários e trabalhistas da Serventia.

3. Os aspectos não dirimidos neste relatório serão objeto de Relatório Complementar a ser elaborado pela Equipe de Fiscalização **no prazo de 10 (dez) dias** a contar da data de encerramento das atividades correcionais.

4. Em relação às recomendações/orientações constantes, fica estabelecido **o prazo de 30 (trinta) dias** para que o(a) Delegatário(a)/Interino(a) responsável pela Serventia encaminhe as comprovações referentes às recomendações/orientações que foram apontadas as seguintes inconformidades:

- **Dos Aspectos Gerais da Serventia** - dos itens 10 e 29;
- **Do Registro Civil e das Pessoas Naturais** - Sem recomendações para este ítem;
- **Do Tabelionato de Notas** - 27 e 46
- **Do Registro de Imóveis** - dos itens 5, 10, 13, 15, 15.1, 20, 27, 28 e 29;;
- **Do Títulos e Documentos** - Sem recomendações para este ítem;
- **Da Pessoa Jurídica** - Sem recomendações para este ítem;
- **Do Tabelionato de Protesto de Títulos**- dos itens 14, 25 e 29..

5. Sobre as demais orientações, depreende-se ser conveniente e plausível que sejam avaliadas oportunamente, na ocasião da próxima inspeção ou correição empreendida por este Órgão Correcional.

6. Transcorrido o prazo supracitado, determina-se à Gerência de Fiscalização Extrajudicial e à Assessoria desta Corregedoria-Geral da Justiça que promovam o acompanhamento das providências demandadas, certificando nos autos as ocorrências.

7. Todos os documentos referidos no presente relatório estão arquivados na Gerência de Fiscalização Extrajudicial ficando a disposição dos interessados.

8 . Publique-se este documento na página eletrônica deste Órgão.

Rio Branco-AC, 27 de abril de 2020

Dr. Leandro Leri Gross

Juiz Auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Sara Maria Crispim de Souza D'Anzicourt

Técnica Judiciária

Annete Nágila da Silveira Vale

Técnica Judiciária

Jovanny do Nascimento Fogaça

Assessor Técnico

Rio Branco-AC, 27 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sara Maria Crispim de Souza, Técnico Judiciário**, em 27/04/2020, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Annete Nagila da Silveira Vale, Técnico Judiciário**, em 27/04/2020, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jovanny do Nascimento Fogaça, Assessor(a)**, em 27/04/2020, às 18:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Leri Gross, Juiz de Direito**, em 28/04/2020, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **0778560** e o código CRC **345622B3**.